

Terra dos índios Tuxás tem irrigação da Chesf

A Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (Chesf) inicia a partir da próxima segunda-feira a implantação de um sistema de irrigação simplificada em Riacho do Bento, unidade produtiva dos índios Tuxá, próximo ao município de Nova Rodela, na Bahia. O projeto de irrigação é uma dívida antiga da Chesf que desapropriou, há mais de quatro anos, terra indígena para as obras da Hidrelétrica de Itaparica. O problema se arrastou todo esse tempo e precisou da intervenção do superintendente da Funai no Nordeste Glauber Cabral de Vasconcelos, para que a Chesf cumprisse um acordo realizado na época da desapropriação.

Em 1987, no município de Rodelas, os índios Tuxá e sua unidade produtiva, a Ilha da Viúva, foram promovidos pela Chesf, pois o nível do Rio São Francisco na área seria elevado em virtude da Hidrelétrica de Itaparica. A indenização aos índios previa além do reassentamento em terras com infraestrutura, projetos de irrigação que lhes assegurasse o plantio da cultura de subexistência. Outra cláusula do acordo garantia a cada família indígena uma ajuda de custo até que a primeira colheita fosse realizada.

INVIÁVEL

Como o projeto inicial de irrigação nunca se concretizou, as colhei-



Glauber: Funai precisou intervir

tas não se viabilizaram. Alegando falta de recursos a Chesf foi adiando o cumprimento do acordo com os índios. Na semana passada, preocupado com a revolta deles que ame-

cavam acampar em frente a Chesf, o superintendente da Funai no Nordeste pediu ao presidente da Chesf, Marcos Lopes, que tomasse uma posição definitiva e propôs uma reunião em Nova Rodela. No encontro, o presidente da Chesf afirmou que o projeto inicial de irrigação é financeiramente inviável, mas que outras medidas serão tomadas.

A comunidade Tuxá pediu que condições de cultivo fossem implantadas, pois o terreno muito seco estava impedindo a prática agrícola. As 549 famílias da área terão acesso a um sistema de irrigação simplificado, eletrificação e distribuição de insumos e implementos, além de casa de farinha e armazém. Cada família terá direito a 0,5 hectares. Marcos Lopes garantiu que um projeto definitivo está sendo estudado por técnicos da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

CONDIÇÕES PRECÁRIAS

O superintendente da Funai disse que este foi o primeiro passo para melhoria das condições de vida dos 35 mil índios que vivem sob a proteção da Superintendência. "Como não dispomos de recursos para grandes projetos, tentaremos minimizar as precárias condições com pequenas medidas", observou Glauber Vasconcelos. Na sua opinião, o incentivo ao artesanato como fonte alternativa de renda merece um maior destaque.